

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## O Direito Constitucional

Ao ensejo do encerramento deste oportuno evento, quero louvar a feliz iniciativa do Programa de Incentivo à Cultura Jurídica da Revista Consulex, o qual, no momento em que se completam dez anos da promulgação da Constituição Federal, reuniu eminentes representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como da sociedade civil, em torno de um tema de indiscutível relevância: um balanço desta década de vigência da Carta Magna e as perspectivas que se podem vislumbrar em seu futuro.

Honraram este I Congresso com sua presença personalidades a quem cabe ou ser o guardião das normas constitucionais, ou legislar em seu aperfeiçoamento, ou aplicá-las aos casos concretos, todos, certamente, unânimes em apoiar o jurista Paulo Bonavides em sua declaração de que “a Constituição existe para o homem e não para o Estado; para a Sociedade e não para o Poder”.

É extremamente oportuno lembrar essa verdade cristalina, mais ainda nesta época em que se assiste a numerosas crises entre o Estado e a sociedade e, às vezes, entre os poderes do próprio Estado, advindas, muitas delas, dos liames ainda tênues da estrutura que dá forma a essa relação – a Constituição Federal de 1988, Carta Magna que, por ser tão jovem, precisa de que lhe aparem as arestas, corrijam-lhe alguns caminhos e, principalmente, que a deixem apta a enfrentar os desafios que virão. Não para atender ao interesse de alguns, mas para que ela cumpra, em plenitude, o seu papel.

Na verdade, muito já se avançou com essa Lei Maior que deu substância à chamada “redemocratização”. O próprio Poder Judiciário era, antes, tratado como um subpoder do Estado; para honrar as folhas de pagamento, os dirigen-

tes dos Tribunais viviam mendigando verbas, que chegavam insuficientes. Após 1988, o Judiciário ganhou autonomia administrativa e financeira e, para que se tenha uma idéia dos efeitos positivos disso, hoje mais que dobrou o número de varas federais e triplicou o de Juízes Federais.

Há, entretanto, alguns pontos nebulosos que demandam solução constitucional. Cito, por exemplo, a definição quanto às matérias que têm acesso ao Supremo Tribunal Federal: precipuamente, ao STF competem as matérias constitucionais, todavia chegam a ele, também, matérias infraconstitucionais, o que atrita, não raras vezes, com as competências deste Superior Tribunal. Pode-se ver nesta situação a instauração de uma quarta instância? É isso desejável?

Tal realidade, parece-me, suscita profunda reflexão uma vez que, sendo a Constituição a pedra angular de um sistema normativo, conjunto de princípios a fazerem surgir o Estado e a mantê-lo, resta que a confusão de competências pode comprometer a própria existência do Estado, máxime no que concerne à sua específica função julgadora, de tal forma que se amesquinhem os direitos dos cidadãos. Nenhum órgão do Estado é supremo à Constituição, obtemperando, com o mestre José Afonso da Silva, que esta não é norma pura, mas norma em conexão com a realidade social, tendo por escopo a realização de valores a tocarem a existência da comunidade.

Nesse caso, fica bem evidenciada a necessidade de estudos e debates aprofundados, como os que se efetuaram aqui, os quais devem servir de guia das mudanças. As discutidas, reclamadas e criticadas reformas não podem ocorrer às cegas; não podem depender do método da tentativa e erro. É pertinente repetir que “a Constituição existe para o homem e para a sociedade” e, desse ponto de partida, sem esquecer o caráter dinâmico dos grupos sociais, preparar o arcabouço normativo que forja o Estado.

Aproveitando a sabedoria que resiste ao tempo, quero citar Rousseau, que, em suas Considerações sobre o Governo da Polônia, afirma ser “contra a natureza do corpo social impor leis que ele não possa revogar”, mas, neste momento da história democrática brasileira, o que se espera é um aperfeiçoamento e não uma ab-rogação da Constituição. Afinal, há princípios, espírito e fundamentos que expressam a vontade constituinte e obrigam os poderes constituídos.

Estou convicto de que os insígnies painelistas que dignificam este Congresso comungam dessa mesma visão e, felizmente, a muitos deles compete um papel ativo nesse processo de fazer um balanço da eficácia de nossa Constituição Federal e prognosticar seu futuro. A nós também, cidadãos, cabe participar da construção do presente e da tessitura do porvir.

Quero louvar o esforço ingente do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, ilustre companheiro desta Corte, e dos professores Inocência Mártires Coelho e Gilmar

Ferreira Mendes, aos quais coube a coordenação científica deste evento, magistralmente desempenhada. Congratulo-me, ainda, com o Instituto Brasiliense de Direito Público, organizador, que logrou reunir tantos e tão nobres participantes, a quem vejo como o semeador da parábola do Evangelho, que, semeando ora em solo rochoso e entre espinhos, nada conseguiu, contudo, espalhando as sementes em terra boa, obteve frutos a cem por um. Sejam os nós outros a terra boa.

\* Palavras proferidas em 24 de outubro de 1998, no encerramento do “I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional”.  
Auditório do STJ, Brasília-DF.